



XI Congresso Português de Sociologia  
*Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e  
populismos num mundo efervescente*  
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

**Secção/Área temática / Thematic Section/Area:  
Sociologia da Religião**

**Patrões e trabalhadores católicos: consciência religiosa e consciência de classe**

**COSTA, Joaquim;** Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais,  
Departamento de Sociologia, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade;  
4710-057 Braga; Portugal, [ajbfjc@ics.uminho.pt](mailto:ajbfjc@ics.uminho.pt)

Palavras-chave: patrões; trabalhadores; consciência de classe; catolicismo

#### **Resumo**

Apesar de os cristãos, como se sabe, não darem importância aos bens materiais, a temática da distribuição dos bens da Terra alimentou não poucos conflitos na Igreja Católica.

Correspondendo a um dos tópicos da Secção Temática de Sociologia da Religião, dou conta de variações geracionais (e de classe) em relação àquela temática. Assente na vetusta bipolaridade entre patrões e trabalhadores (traduzindo: entre empresários e colaboradores), efectuei um estudo junto de três organizações católicas: uma patronal (ACEGE), outra laboral (LOC) e outra juvenil e outrora também laboral (JOC).

Os resultados apontam, de facto, para uma bipolarização entre ACEGE e LOC (em relação ao Estado, ao mercado, à desigualdade económica, etc.), mas também para uma profunda fractura geracional entre LOC e JOC, ambas com dificuldades em se reproduzirem – a LOC está envelhecida e a JOC muito esvaziada de membros. Dir-se-ia que se vai atingindo “máximos de consciência possível” de classe no pós-fordismo.

XI-APS-28347

A exiguidade deste texto reflecte a escassez de tempo de que dispus para apresentar a minha comunicação no XI Congresso da APS. Não que as actas devam verter para a escrita as comunicações *ipsis verbis*, mas tão-pouco devem incluir fartamente o que não foi dito. Para mais informação acerca desta minha investigação, veja-se Costa, 2020 e 2021.

Basicamente, num período de licença sabática em 2018/2019, estudei as representações de classe que reciprocamente ligam patrões e trabalhadores católicos através de três associações: Liga Operária Católica (LOC), Juventude Operária Católica (JOC) e Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE).

LOC e JOC foram criadas em 1935, no âmbito da Acção Católica, sob a tutela do episcopado português. Deveriam ser, nestes termos, organismos corporativos e não de classe, mas cedo se desviaram deste propósito e enveredaram por um visível militantismo operário que criou fricções várias com as autoridades eclesiásticas e civis, tanto no regime de Salazar e Caetano, como no período mais revolucionário do pós-25 de Abril de 1974. Mantiveram notoriedade pública durante algum tempo, até à década de 1990, mas, depois, perderam-na e quase se sumiram, inclusive nos “anos de chumbo” da Troika e, agora, nos da pandemia.

Em contraciclo, no fim da década de 1990, surgia a ACEGE, fora da Acção Católica, adquirindo apreciável voz pública em época de neoliberalismo triunfante.

O estudo das três organizações foi dividido em duas fases: 1) estudo dos discursos institucionais (sobretudo dos seus *sites*) e 2) entrevistas a diversos dos seus membros (21 ao todo) residentes na Arquidiocese de Braga, entre Fevereiro e Julho de 2019. Para uma lista extensa e pormenorizada das fontes dos *sites*, v. Costa, 2020 (disponível *on line*).

I – Os *sites* da LOC e da JOC fornecem-nos abundantes exemplos da cultura operária tradicional, semeados de “expressões-teoria” (isto é, expressões de contêm em si mesmas uma teoria do objecto nomeado): “sistema capitalista”, “exploração”, “classe trabalhadora” são exemplos sugestivos dessas expressões. O capitalismo é um “sistema diabólico”, um “projecto de morte”, uma “brutal concentração de riqueza nas mãos de poucos”; a “exploração” e a “precariedade” são uma “praga mundial”, etc. Denuncia-se os baixos salários e as privatizações, apoia-se uma greve geral, apela-se à mobilização para um 1º de Maio.

Muito diferente é o discurso institucional da ACEGE, tanto no seu *site* como em alguma bibliografia nele divulgada. Aqui, as expressões-teoria são outras, destacando-se a do “colaborador” e a do “cliente”, numa visão do mundo quase às avessas da da LOC e da JOC. Em 2007, quando deflagrou a grande crise financeira internacional, a ACEGE, a propósito do Orçamento do Estado de 2008, deixou claro o que achava da crise, das suas causas e dos seus remédios: o Estado é gastador e desperdiçador, serve os funcionários públicos e não o país, destrói a riqueza comum em vez de a incentivar. Em 2011, reforçou essa ideia, aquando da intervenção da Troika, deixando claro que se fosse necessário despedir funcionários públicos, pois que se os despedisse como faria qualquer empresa em situação semelhante (ACEGE, 2007 e 2011).

Quanto a baixos salários, a ACEGE não os ignora, embora o seu discurso institucional tenha gradações. Uma é a do humanismo cristão, visível em expressões como “dignidade intrínseca de cada ser humano”, “o respeito pelo outro”, “organizações humanizadas”, “o princípio do amor ao próximo” na gestão, etc., se bem que nada adiante quanto a critérios de distribuição. Outra é pedagógica, ao expor diversas teorias sobre justiça económica, incluindo a Doutrina Social da Igreja. Por fim, aborda a distribuição de rendimentos nas empresas e, aí, acima de tudo adopta um tom voluntarista ao recomendar “generosidade” aos empresários e gestores cristãos, colocando a questão ao nível moral: pagar o melhor possível, tentar ir acima do salário mínimo nacional, dar atenção a eventuais casos de “colaboradores” em situação económica difícil através de “sistemas internos de solidariedade” em cada “comunidade empresarial”.

II – A fase das entrevistas foi interessante e trouxe-me algumas surpresas, mas não por parte da ACEGE, cujos entrevistados mantiveram o discurso institucional da organização, com os respectivos marcadores de classe, chegando alguns ao tom calvinista descrito por Max Weber. Em resumo: “Deus quer o lucro”; “Ser empresário com lucro é um dom”, “Dinheiro e poder são dons, desde que nas mãos certas”; “A distribuição igualitária é uma utopia”; “Deus é o líder mais forte que existe”, os empresários são os novos cruzados. Noutro tom, “Distribuo parte dos lucros pelos colaboradores, em dinheiro ou em formação paga”, “os sindicatos não são conciliadores”.

Também as entrevistas da LOC foram a continuação do discurso institucional da organização, aqui e ali com alguma dureza. Alguns exemplos: “Fui muito explorada”; “Alguns [trabalhadores], ao fim de uma vida de exploração, não podem ver um patrão

à frente”; “Vejo os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres”; “LOC e ACEGE são de classes diferentes”; “[Ser delegado sindical numa empresa hoje] É mais difícil do que ser do Partido Comunista”. Com excepção de um antigo assistente diocesano, todos são sindicalizados e vários, sindicalistas. Entretanto, fui-me apercebendo do envelhecimento dos militantes da organização: de facto, segundo dados da altura (Fevereiro, 2020), a mim fornecidos pela sua vice-coordenação diocesana, ninguém da LOC bracarense tem menos de 40 anos e, num total de 99 membros, apenas quatro têm menos de 50 anos e 82 estão já reformados. Em termos simples: a LOC bracarense já não consegue recrutar novos membros.

Os entrevistados do JOC é que me surpreenderam e duplamente. Desde logo, pela escassez: os quatro jovens que entrevistei perfazem a totalidade da organização em Braga (alguém me falou de um quinto, algures, o que não altera a ordem de grandeza do número); ou seja, também esta organização juvenil parece ter perdido a capacidade de se reproduzir. Mas, para além disso, os seus discursos nada têm a ver com o instituído no *site* da JOC, que, aliás, não lêem. É-lhes completamente estranho o discurso da antiga cultura operária e do seu vocabulário (“exploração”, “sindicato”, etc.). Os três mais novos frequentam o ensino secundário e têm noção da precariedade laboral, mas de modo espontâneo e despolitizado: vêm-na em familiares e amigos; pela mesma razão, não desejam vir a trabalhar em “call centers”; deitam mão do bom senso para desejarem que as disparidades salariais não sejam excessivas. Nunca, por sua iniciativa, falaram em “exploração”, mas, quando a mencionei, condenaram-na porque “isso é pecado”. A mais velha diz que ganha “muito pouco” e maldiz o patrão, mas nunca se disse “explorada” – apenas o reconhece quando lhe formulo a questão nesses termos. Não é sindicalizada, tal como os seus colegas, nem isso lhe interessa (é como se o assunto não existisse). Pergunto-lhe sobre os patrões católicos em geral e avalia muitos como “hipócritas”, julgando-os com um brocardo: “Mais vale não ser crente. mas ser decente”.

III – Em termos de interpretação destes dados, julgo que eles expressam a extinção de um mundo e o surgimento de outro. Como já escrevi em dois textos (Costa, 2020 e 2021), são os sinais do fim do fordismo. De base industrial (visível no facto de os meus entrevistados da LOC terem sido operários) e tendo por grande fractura a classe social, o fordismo era também um modo de regulação mais amplo e que envolvia o Estado

num conjunto de compromissos, inclusive nos conflitos, de modo que se pode falar de um modelo “garantista” e de estabilidade cujo ideal seria o Estado-Providência (v. Bauman, 2004 ; Esping-Andersen, 1993) O desmanchamento da antiga estrutura fordista deu lugar a outra, de maneira que as anteriores percepções do interesse de classe envelhecem como os membros da LOC, o mesmo acontecendo à linguagem que a exprimia e a mobilizava. Não por acaso, é a linguagem da ACEGE que se impõe no discurso que veicula o mundo novo, e que, como explica Doreen Massey, o torna interpretável, além de legítimo (Massey, 2013).

É significativo o deslocamento lexical ocorrido nas últimas décadas, com o correlativo deslocamento semântico e ideológico. De *exploração, trabalhador, utente e resistência* passou-se a, respectivamente, *exclusão, colaborador, cliente e resiliência*.

Vejamos o caso da *exploração/exclusão*. A *exploração* é uma expressão-teoria de causa-efeito: “se uns têm a menos é porque outros têm a mais, ou seja, porque está institucionalizada a extorsão de riqueza entre grupos (classes)” (Costa, 2021. p. 127). Além disso, sugere, como diz Maurice Bellet, uma hierarquia, um esquema vertical, que apela à mobilização, colectiva e não individual, dos “de baixo” contra os “de cima” (Bellet, 1995, pp. 173/4; v. também Costa, 2021, p. 127), com a conotação revolucionária subjacente a tal apelo.

Ao invés, e continuando a citar-me, “a «exclusão» insinua um esquema «horizontal», com os «de dentro» e os «de fora», sendo estes indivíduos «a quem faltam bens» (diploma, rendimento, emprego, etc.), seguindo-se a pergunta: o que têm eles de fazer para aceder a esses bens? Tal formulação, feita por Nyssens e Ruol (1995, pp. 181/2), «personaliza as disfunções da sociedade», de modo que ao excluído faltam bens porque lhe faltam competências (técnicas, cognitivas ou relacionais). Ele deixa de ser um pilar do sistema socioeconómico para passar a ser um fardo, deixa de ser um produtor para passar a ser um consumidor subsidiado. É um fraco «actor». No entender de Nyssens e Ruol, é assim que se fazem as políticas sociais, lendo a acção na estrutura socioeconómica como uma “luta de lugares” (e não de classes)” (Costa, 2021, pp. 127/8). Segundo as duas autoras, que recorrem a uma expressão de Vincent de Gaujelac, deste modo, a estrutura socioeconómica torna-se numa *luta de lugares* e não *de classes*. Acrescentam que, através da invisibilização da exploração, esta pode até acentuar-se em “políticas sociais” que coagem os “excluídos” a aceitarem empregos precários, mal pagos e sem que façam quaisquer exigências (Nyssens e Ruol, 1995, pp. 183/4). Apesar de a “sociedade do trabalho” estar em metamorfose acelerada, continua-se a prosseguir

políticas baseadas num princípio que “não permite viver e consumir sem trabalhar” (Jappe, 2019, p. 123), quase um regime de trabalho obrigatório que, se não existir de facto, obriga à sua disciplina, aos seus gestos (prova de procura de emprego, frequência regular de “acções de formação”, etc.), sob pena de revogação de eventuais benefícios redistributivos (Costa, 2017, p. 418).

Continuando a citar-me, “Estas «políticas sociais», estatais ou não, remetem para o que Pierre Bourdieu entende ser um recurso ideológico comum à generalidade dos tipos de exploração (e não só do capitalista): fazer conhecer a redistribuição para fazer desconhecer a distribuição. Destarte se decanta a violência simbólica, ao impor e naturalizar significações dissimulando as relações de força que as fundamentam e que, deste modo, se reforçam; relações de dependência económica dissimulam-se «sob o véu de relações morais» e, logo, de dívidas morais (Bourdieu, 1980, p. 210; mais em geral, v. todo o capítulo 8 do Livro 1)” (Costa, 2021, p. 128). O *excluído*, ao ser ajudado, entra em dívida moral – pelo menos – para quem o ajuda. E a dívida moral, ao contrário da material, que pode ser paga de uma vez por todas (e, até, com juros), é “durável”, quiçá perpétua, obriga sempre à contrapartida da gratidão (Bourdieu, 1980, p. 216).

Esta “deseconomização” / “moralização” das relações de produção foi evidente no discurso da ACEGE, tanto no institucional como no das entrevistas, e nas entrevistas da JOC.

Exemplos da ACEGE: políticas salariais “generosas” (Leite, 2014, p. 44), colocar “à consciência dos líderes empresariais” pagar o melhor salário possível, o “dever moral dos produtores de riqueza” darem “respostas a quem mais precisa” (ACEGE, 2011, pp. 181-183), “o princípio do amor ao próximo [na gestão] (ACEGE, s/d), “o empresário tem de respeitar o trabalho dos colaboradores”, “os sindicatos não são conciliadores” (para informação detalhada sobre algumas destas fontes, v. Costa, 2020).

Exemplos das entrevistas da JOC: exploração “é pecado”; muitos patrões católicos são “hipócritas”; “mais vale não ser crente, mas ser decente”.

No conjunto, parece que se forma uma constelação ideológica que atinge a noção mesma da desigualdade. Nos *sites* das empresas (mas também de organismos oficiais) é como se o conceito de desigualdade se tivesse esvaziado de qualquer significado económico – há desigualdades de género, raciais, etc., e o que fica é a “exclusão” dos “desfavorecidos” e “mais carenciados”.

Regressando a outros deslocamentos lexicais, a substituição do “trabalhador” pelo “colaborador” também é significativa e corre no mesmo sentido. Para além de elidir a clássica oposição capital/trabalho, explora a virtualidade semântica da palavra: um colaborador colabora sempre, o que não acontece com um grevista.

A deslocação de “utente” (ou “aluno”, ou “paciente”, etc.) para cliente arrasta consigo um óbvio deslizamento para a relação mercantil (sobre este deslizamento, v. Massey, 2013).

Igualmente se passou da “resistência” para a “resiliência”. Segundo António Guerreiro, com isso, nasceu uma ideologia. “Resistir era a atitude do «antes quebrar que torcer», era um heroísmo com uma dupla face: ou era épico ou trágico (...) O resistente estava disposto a quebrar; o resiliente é maleável, adapta-se a tudo, não tenta alterar nenhuma ordem, mas, pura e simplesmente, fazer o jogo da ordem presente para daí retirar ganhos. A tática da resiliência é o consentimento. Por cada crise, infortúnio ou catástrofe, os arautos da resiliência prometem que «vamos sair daqui ainda mais fortes». Toda a felicidade é conseguida à custa da infelicidade, e é sempre a destruição que é uma fonte da reconstrução” (Guerreiro, 2021, p. 30). O trabalhador pode resistir, o colaborador “tem resiliência”.

De certa maneira, o desabamento do fordismo arrastou consigo o mundo que existia, com as suas instituições e ideologia. Os sindicatos, fortemente enraizados nesse mundo, deparam-se com crescentes dificuldades de implantação nos jovens trabalhadores; o mesmo acontece com a LOC e a JOC. As “novas” desigualdades separaram-se da anterior concepção fortemente classista. Os “lugares” na sociedade existem para serem preenchidos por indivíduos da era neoliberal: todos “iguais” à partida e ver-se-á quem ganha a corrida por ser mais resiliente.

IV – Pode-se perguntar onde, nesta ordem, se encontram as instituições da Igreja Católica vocacionadas para a intervenção social. Como digo noutra local (Costa, 2021), a “Igreja social” não desertou; simplesmente, adaptou-se aos novos tempos com “resiliência”. Hoje, em que quase já não se ouve falar de LOC e JOC (creio que se extinguirão em breve), viceja bem a ACEGE e têm ampla voz pública a Cáritas, as Misericórdias, os Centros Sociais paroquiais, o Serviço Jesuíta dos Refugiados, que, no geral, obtêm consenso acerca dos méritos da sua acção, generosa e dedicada contra a “exclusão” e as “desigualdades”. Nem lhes falta a linguagem médica: mais do que de

“um programa político”, precisamos das “pequenas acções de cada um” que levem à “desinfecção” do egoísmo e da “exclusão”<sup>i</sup>

Os temas não consensuais, polémicos até, esses, sim, parece que desertaram para outros campos, que não o da ordem socioeconómica, da respectiva estrutura de classes e da política que as sustenta; passaram para a ordem da moral, como se vê nas questões do aborto e da eutanásia, em que a Igreja se tem mobilizado em atitudes de vivo combate.

## Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

<sup>i</sup> Homilia do bispo auxiliar de Braga, na festa de S. João Baptista, em 24. Junho. 2021; v.

Diário do Minho, 25. Junho. 2021, p. 16.

## Referências

- Acege. (2007). *Tomada de posição da ACEGE sobre o Orçamento de Estado 2008*, [Consult. a 01.11.2018]. Retirado de <https://www.acege.pt/tomada-de-posicao-da-acege-sobre-o-orcamento-de-estado-2008/>
- Acege (2011), Reflexão sobre a crise, *Brotéria*, vol. 173, 177-185.
- Acege (s/d) – *Princípios fundamentais da ACEGE*, [consult. a 25. 01. 2019]. Retirado de <https://www.acege.pt/quem-somos/>
- Bauman, Zygmunt. (2004). *Liquid Modernity*, Cambridge: Polity Press.
- Bellet, Maurice. (1995). De l'exclusion comme symptôme. In Christophe Derenne, Laurent Deutsch (Eds.), *La fragmentation sociale – enjeux et perspectives* (pp. 169-180. Paris: Economica.
- Costa, Joaquim. (2021) (no prelo), *Catolicismo Social e Moralização das Relações de Classe*. In Paulo V. Zaqueu-Higino, Péricles M. Andrade Júnior, Rodrigo Portella (Eds.), *Catolicismo: Quo Vadis?* (pp.117-132). São Paulo: Editora Resistência Acadêmica.
- Costa, Joaquim. (2020). *Católicos e Relações de Classe: as visões de Liga Operária Católica, Juventude Operária Católica e Associação Cristã de Empresários e*

Gestores, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, 6-34.

Costa, Joaquim. (2017). Religião e economia como culturas universalistas, *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 3, n. 2, 409-430.

Esping-Andersen, Gøsta (ed.). (1993). *Changing Classes — stratification and mobility in post-industrial societies*, Londres: SAGE.

Guerreiro, António. (2021) A santa resiliência, *Ipsilon, Jornal Público* (18. Junho), p. 30.

Jappe, Anselm. (2019). Pode o dinheiro levar à loucura?, *Electra*, 6,115-124.

Leite, António Pinto. (2014). *O amor como critério de gestão*, Cascais: Principia.

Massey, Doreen (2013), *Vocabularies of the Economy* [consult. a 23. 02. 2014].

Retirado de

<http://www.lwbooks.co.uk/journals/soundings/pdfs/Vocabularies%20of%20the%20economy.pdf>

Nyssens, Marthe; RUOL, Muriel. (1995). Lutte contre l'exclusion: une ouverture à d'autres questions? In Christophe DERENNE, Laurent Deutsch (Eds.). *La fragmentation Sociale: enjeux et perspectives* (pp. 181-199). Paris: Economica.